



Análise do Perfil de Propriedades Rurais no Município de Pinhal da Serra-RS

Luiza Portela Lovatel, Sergio Cavagnoli Guth, Andrea Simoni Kiekow,
Marta Elisete Ventura da Motta, Adriane Bruchez

RESUMO

Com o crescimento da agricultura nos tempos atuais, as propriedades rurais passam a ser consideradas como empreendimentos, visando o controle estratégico e gestão qualificada para obtenção de lucro, sendo que em tempos antigos, os agricultores preocupavam-se somente com sua produção, tratando-se de plantio e colheita de grãos. A partir dessa expansão dos agricultores sobre suas propriedades rurais, surge a necessidade de utilização de ferramentas estratégicas de apoio à gestão do agronegócio, como maneira de garantir o lucro e rentabilidade sobre a produção. Assim, o trabalho objetivou caracterizar as propriedades e verificar as técnicas gerenciais utilizadas para a contabilidade da atividade. Trata-se de uma pesquisa descritiva onde se buscou maior conhecimento sobre o tema e de abordagem quantitativa. A pesquisa teve como população os agricultores residentes no município de Pinhal da Serra no Rio Grande do Sul, sendo que todos responderam ao questionário. Os dados obtidos com a pesquisa tiveram caráter quantitativo, sendo que a mesma demonstrou que a maioria dos entrevistados tem em suas propriedades um modelo de agricultura familiar, com 71% de mão de obra familiar, e 71% sabem a necessidade e importância da contabilidade rural para o seu empreendimento, porém, não utilizam de maneira adequada.

1 INTRODUÇÃO

O segmento rural é significativo e em constante expansão no Brasil, sendo o Rio Grande do Sul e as propriedades familiares situadas no interior do estado grandes responsáveis por este crescimento, o presente trabalho trata da importância da contabilidade como ferramenta de gestão, que por muitas vezes é esquecida e até mesmo desconhecida dos produtores rurais de pequeno porte.

Juntamente ao crescimento das empresas agropecuárias surge à necessidade de uma gestão eficaz. Para que isto ocorra se faz necessária uma correta informação, alcançada por meio de um maior controle, conforme Martins (2003) compreende conhecer a realidade, para que se possa compará-la com o que deve ser e identificar de forma rápida as divergências e origens, de maneira que possam ser tomadas atitudes para sua correção.

O desconhecimento da importância do correto controle, pela maioria dos pequenos produtores rurais, os leva a crer que ele existe apenas como formalidade, e não como uma necessidade para o crescimento de seu negócio. Os controles realizados em sua maioria são relativamente básicos e ineficientes sem uma condição de planejamento futuro, projetos de expansão e principalmente não os dá uma visão clara da lucratividade de cada atividade.

Para uma gestão satisfatória deve ser feita análise do estabelecimento rural periodicamente, para que sejam detectados o quando antes problemas que indiquem que o negócio não está funcionando como deveria. Esta análise pode ser feita de várias formas, como comparações entre o que foi orçado e o que foi realizado, resultados de estabelecimentos semelhantes, resultados de safras anteriores comparados com a da atual.

A atividade rural moderna, não é restrita somente ao próprio consumo ou até mesmo a um pequeno mercado. Os agricultores participam fortemente no cenário organizacional e econômico do país. O PIB (Produto Interno Bruto) do agronegócio brasileiro, conforme CNA (Companhia Nacional de Abastecimento, 2016) apresentou ligeiro crescimento de 0,05% em novembro, acumulando alta de 4,39% de janeiro a novembro de 2016. O ramo agrícola cresceu 0,18% no mês, com alta de 5,65% no acumulado do ano, enquanto o pecuário apresentou queda



de 0,25% em novembro, mas ainda acumulando crescimento de 1,82% em 2016.

Sendo de relevância o estudo da gestão de custos nas propriedades rurais, a forma de apuração dos resultados, como se da gestão financeira da propriedade, a subsistência familiar. As propriedades estudadas são em sua totalidade de cultura temporária, diversificada em: soja, milho, trigo, feijão.

Sabe-se que a experiência e o conhecimento técnico são os principais fatores para a produção, porém a correta gestão facilita e viabiliza um crescimento ainda maior destas propriedades. Para Costa (2007) o planejamento financeiro se dará pela elaboração do fluxo de caixa, sem a necessidade de elaboração e documentos complicados. Ressalta também a importância da apuração de resultados que se dará pela classificação de despesas e receitas ocorridas no ano, separando as despesas correntes dos investimentos, e avaliando estoques iniciais e finais de insumos.

A atividade rural não se difere das demais atividades econômicas quando se trata de controles de gestão. Assim, a contabilidade como ferramenta de controle é vista de forma complexa e extremamente técnica raramente presente no meio rural, fazendo com que os empresários rurais tenham grande dificuldade até mesmo em iniciar os registros de suas atividades.

A respeito disso, Crepaldi (2012, p. 79) afirma que:

[...] uma das ferramentas administrativas menos utilizadas pelos produtores brasileiros é, sem dúvida, a contabilidade rural, vista, geralmente, como uma técnica complexa em sua execução, com baixo retorno na prática. Além disso, quase sempre é conhecida apenas dentro de suas finalidades fiscais.

Por isso, a responsabilidade pela inserção das práticas contábeis é dos próprios profissionais da área contábil, buscando formas de adequá-la a realidade e as necessidades dos produtores rurais, de forma a realizá-la de maneira simples e eficaz, gerando informações que possam auxiliá-los na tomada de decisões, a fim de que as empresas rurais possam ter uma administração eficiente.

A escolha do presente estudo justifica-se pela sua importância para a região em que se aplica, e também para outras regiões que tem a agricultura familiar como um dos pilares de sustentação da sua economia. A definição da questão de pesquisa, além de levar em consideração a delimitação do tema, também considerou a necessidade dos produtores gerirem melhor suas propriedades visando assim crescimento de seus empreendimentos. Portanto, o objetivo geral foi analisar o perfil de propriedades rurais, gerar as informações necessárias para futuramente implantação de controles de gestão e identificar as lacunas existentes na gestão destas propriedades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A CONTABILIDADE

De acordo com Santos (2015) a contabilidade em sua forma primitiva surgiu no início da civilização, quando o homem começou a se preocupar em organizar-se e para isso precisava controlar suas atividades e seu patrimônio, de forma rudimentar o homem já utilizava da contabilidade para fazer o inventário de seus bens. Há registros desde a pedra polida que o homem já sentia a necessidade da contabilidade. Teve um grande crescimento devido às necessidades do comércio, o homem passou a perceber que a troca de uma mercadoria nem sempre seria pela mesma quantidade de outra, assim seria necessário um maior controle e registro das transações. (SANTOS, 2015).

A evolução do homem e da contabilidade se dá lado a lado, a partir do aumento das



necessidades do homem, a contabilidade foi se modificando. (SANTOS, 2015). O mundo da Contabilidade é o mundo do Homem, pois é neste que, no dizer de Frederico Melis, todas as ciências têm origem comum. Com efeito, se a ciência é, em suma, o conhecimento ordenado das coisas não se pode concebê-la sem a existência do ente conhecedor. (MONTEIRO, 1998 apud GUIMARÃES, 1979).

Ainda nos dizeres de Santos (2015) a contabilidade moderna pode ser percebida a partir da publicação "*Tractatus de Computis et Scripturis*" de Frei Luca Pacioli em 1494, que apresenta o método das partidas dobradas, que mesmo não sendo de sua criação o fez ser conhecido como "pai da contabilidade" até hoje. Para um contabilista não serve mais o termo guarda livros, mas sim a necessidade de ter um vasto conhecimento sobre normas, procedimentos, e principalmente ser um bom gestor dos resultados que seus registros produzem. (SANTOS, 2015).

Segundo Blatt (2000) é a ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades mediante registro de todos os atos e transações comerciais, das demonstrações contábeis ou financeiras e a interpretação dos fatos neles ocorridos, para fornecer a melhor informação, e as variações, bem como sobre o resultado econômico. Além de efetuar registros a partir da aplicação de princípios e procedimentos, visa administrar o patrimônio que é seu objeto de estudo e através dela que se obtêm informações úteis para a tomada de decisões internas ou externas.

Para Silva e Martins (2009) a Contabilidade é a ciência que estuda os registros, atos e fatos, métodos e doutrinas contábeis, econômicas e administrativas, por meio das sociedades humanas e seus patrimônios. Já para Calderelli (2003) é o conjunto das leis, normas e princípios, com a finalidade de estudar e registrar todos os atos e fatos ligados a uma empresa administrada.

No que tange ao objetivo da contabilidade, para Iudícibus e Marion (2002), é fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da contabilidade. Quando aplicada a um ramo específico é denominada de acordo com a atividade daquele ramo, sendo assim, a contabilidade rural é aquela aplicada às empresas rurais. (MARION, 2005).

2.2 CONTABILIDADE RURAL

A contabilidade rural, como o próprio nome já diz, é a contabilidade geral aplicada à atividade rural. Ela tem suas normas baseadas na orientação, controle e registro dos atos e fatos ocorridos e praticados por uma empresa rural que, tem como objeto o comércio ou indústria da agricultura e a pecuária. Segundo Calderelli (2003) a contabilidade rural tem normas baseadas na orientação, controle e registro dos atos e fatos ocorridos e praticados por uma empresa cujo objeto de comércio ou indústria seja agricultura ou pecuária.

A contabilidade rural, dentro do sistema de informações da empresa rural, auxilia na geração de informações para o planejamento e o controle das atividades e, por consequência, na sua estrutura. Quer seja na apresentação das informações, quer no registro e avaliação, ela deverá atender a essa finalidade. Seu objetivo é o controle do patrimônio das entidades rurais e também tem a finalidade de auxiliar no seu planejamento, pois fornece informações sobre condições de expansão ou necessidade de reduzir custos e despesas. (CREPALDI, 2009).

Para Rodrigues et al. (2012), a contabilidade rural é aquela aplicável às empresas rurais e constitui uma importante ferramenta de auxílio aos empresários deste setor. Tem como foco ser o ramo da contabilidade que estuda o patrimônio rural. Como qualquer outra forma de estudar tal área, a Contabilidade Rural possui seus ativos (caixa, cabeças de gado, terra, tratores, fertilizantes, sementes, defensivos agrícolas, etc.), passivos (empréstimos bancários, dívidas trabalhistas, etc.) e patrimônio líquido (capital, reservas, etc.).

Na contabilidade agrícola consideram-se basicamente dois tipos de cultura: temporária



e permanente (perene). Segundo Marion (2012) as culturas temporárias referem-se aquelas sujeitas ao replantio após a colheita. Como exemplos de culturas temporárias pode-se citar o milho, trigo, feijão, arroz, cebola, soja, entre outras. De acordo com Crepaldi (2012) as despesas ou gastos para a formação da cultura serão considerados, no período de sua realização, despesa de custeio.

Já as culturas permanentes são as não sujeitas ao replantio após cada colheita (CREPALDI, 2012). São exemplos de culturas permanentes os pomares de maçãs, pomares de pêssegos, as videiras, entre outros. Para este mesmo autor, os custos incorridos na formação dessa cultura serão contabilizados no ativo imobilizado até quando iniciar a produção, para que depois possam ser contabilizados no Ativo Circulante.

De acordo com Crepaldi (2012) a contabilidade rural segue diversos rumos, ou seja, dentro deste setor temos diversas maneiras de atuação e entendimento de capital, receitas, lucros e dividendos, dos quais podemos citar: contabilidade financeira, contabilidade gerencial, contabilidade de custos, controladoria, dentre outros. Como ciência, a contabilidade apresentou muitas mudanças nos últimos tempos, ou seja, deixou de ser apenas um instrumento de escrituração fiscal e histórica para contentar as exigências do estado e passou a ser considerada como gerencial e imprescindível para o crescimento de qualquer organização. (MAUSS et al., 2012).

Além disso, no que tange a contabilidade rural, tem-se a comercialização de *Commodities*, que na definição de Zuin e Queiroz (2006) é o termo usado em transações comerciais internacionais para designar um tipo de mercadoria em estado bruto ou com um grau muito pequeno de industrialização. Entre outras características as commodities apresentam baixo grau de diferenciação e que podem ser estocados.

2.3 PROPRIEDADE RURAL

Para Marion (2002, p. 24), empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo através do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas. O Decreto Federal n. 84.685/80, em seu art. 22, alterou a redação do art. 4º do Estatuto da Terra, para dar nova definição a empresa rural, da seguinte forma:

Art. 22. [...]

III – Empresa Rural, o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro das condições de cumprimento da função social da terra e atendidos simultaneamente os requisitos seguintes: (a) tenha grau de utilização da terra igual ou superior a 80% (oitenta por cento), calculado na forma da alínea *a*, do art. 8º; (b) tenha grau de eficiência na exploração, calculado na forma do art. 10, igual ou superior a 100% (cem por cento); (c) cumpra integralmente a legislação que rege as relações de trabalho e os contratos de uso temporário da terra. (BRASIL. Decreto n. 84.685, de 06 de maio de 1980).

Para definir pequena propriedade rural podemos recorrer a Lei do Planalto Federal nº 11.428, de 22 de Dezembro de 2006:

Art. 3º Consideram-se para os efeitos desta Lei:

I - pequeno produtor rural: aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares, explorando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terra considerando-se a fração individual não superior a 50 (cinquenta) hectares, cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais ou do extrativismo rural em 80% (oitenta por cento) no mínimo. (BRASIL. Lei n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006).



Nos termos de lei estas são as definições de empresa rural e de pequeno produtor rural, porém na literatura podem ser encontradas várias formas de classificação, tais como sua receita bruta anual ou pelas culturas que produz e a sua destinação. Esta definição também pode variar no caso de crédito, pois cada programa de crédito pode fazer sua própria avaliação da propriedade. Independentemente do tamanho do seu negócio existem produtores em condições favoráveis que não alcançaram o êxito, e outros em condições menos favoráveis e conseguiram sucesso em seus negócios devido a uma gestão inteligente e de qualidade.

As propriedades rurais devem ser encaradas como empresas, porém com algumas particularidades, na agricultura a influência da natureza nunca pode ser esquecida, assim como a perecibilidade dos produtos e ciclo biológico das culturas e criações, associados aos riscos de pragas e doenças. Devido a isso é necessária uma gestão adequada como segue no próximo tópico.

2.4 GESTÃO RURAL

Para Crepaldi (2009), a administração rural é um conjunto de atividades que facilita aos produtores a tomada de decisão na propriedade com intuito de obter bons resultados e a continuidade produtiva. A gestão rural se caracteriza por um conjunto de atividades para o melhor planejamento, organização e controle das atividades do ponto de vista financeiro, auxiliando para a tomada de decisão, de modo que o produtor possa gerenciar as atividades, maximizar a produção, minimizar os custos, na busca de melhores resultados financeiros.

A partir de uma rotina de boa gestão, o produtor se organiza e planeja suas ações definindo a quantidade de capital e a qualidade de seus investimentos com menor chance de falhas. Conforme Valle (1987), as operações de gestão agrária são consideradas sob tríplice aspecto: o técnico, o econômico e o financeiro. Sob o aspecto técnico, estuda-se a possibilidade de plantio de determinada cultura vegetal ou criação de gado na área rural, isso implica a escolha das sementes, os implementos a serem usados, tipos de alimentação do gado, a rotação de culturas, espécies de fertilizantes e o sistema de trabalho etc.

No que se refere ao aspecto econômico, estudam-se várias operações a serem executadas, quanto ao seu custo e aos seus resultados, isto é, o custo de cada produção e sua recuperação, através do qual se obtém o lucro. Considera-se o aspecto financeiro, quando se estudam as possibilidades de obtenção de recursos monetários necessários e o modo de sua aplicação, ou seja, o movimento de entradas e saídas de numerários, de modo a manter o equilíbrio financeiro do negócio (VALLE, 1987).

De acordo com Crepaldi (2009), o gestor deve estar sempre atento às tarefas de planejar, organizar, direcionar os subalternos diretos e o controle administrativo, além de sempre apresentar planos como orçamentos e controles que permitam acompanhar o andamento da atividade. O principal para iniciar a operacionalização de uma propriedade rural é identificar a importância da atividade agropecuária e da administração rural, bem como conhecer o ambiente da empresa rural (VENTOLA et al., 1998).

Segundo Valle (1987), o custo da produção nas atividades rurais compreende o conjunto de todas as despesas que devem ser suportadas para a obtenção dos produtos. Ressaltam que tudo o que se faz necessário para obtenção do produto cultivado se enquadra como custo de produção. Eles podem ser fixos, variáveis ou mistos.

Marion (2012) menciona que, na atividade agrícola, um aspecto importante é considerar o ano agrícola versus exercício social, pois a receita concentra-se, normalmente, durante ou logo após a colheita, ao contrário de outras atividades que se distribui ao longo dos 12 meses. Se o ano agrícola terminar em março, o exercício social poderá ser encerrado em 31/03 ou 30/04 e, assim, sucessivamente.



Desta forma, evita-se cultura em formação por ocasião da apuração do resultado. Encerrando o exercício social antes da colheita, têm-se plantas em crescimento, o que torna difícil avaliar e obter um resultado mais justo. Por isso, recomenda-se encerrar o exercício social após a colheita e a comercialização (MARION, 2012).

O planejamento e a elaboração de programações anuais servem de base para o orçamento auxiliar na previsão das necessidades de insumos, gerações de recursos e controle do andamento, comparando o real e o orçado. Para Nepomuceno (2004) define-se orçamento como uma ferramenta de aperfeiçoamento da administração na atividade rural, que possibilite o trabalho com os olhos voltados para o que vai acontecer. Da mesma maneira, deve haver uma definição quanto à estrutura organizacional, com um controle de produção e definição das funções e responsabilidades sobre as atividades. Assim, é possível avaliar os resultados obtidos, e por conseguinte, o verdadeiro custo de produção, bem como também é imprescindível o gestor rural ter conhecimento sobre as diferentes linhas de financiamento para poder tomar as melhores decisões de investimentos.

2.5 CRÉDITO AGRÍCOLA

De acordo com Gonzalez (2000), a importância do crédito está no papel dinamizador da atividade agrícola, contribuindo para o desenvolvimento integrado, para a difusão de inovações tecnológicas e para a expansão da produção, tanto para o mercado interno como o externo. Segundo Buainain (2006), o PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) surgiu como uma estratégia na agricultura familiar, com o objetivo do fortalecimento da competitividade da agricultura empresarial e, no fortalecimento da agricultura familiar.

No que se refere ainda ao PRONAF, Gazolla e Schneider (2013) complementam que este fortalece a atividade agrícola, levando aos agricultores familiares à possibilidade de se diversificarem, esta política tem estimulado o crescimento das pequenas propriedades. Apesar das visões distintas, há uma opinião praticamente consensual de que, embora tenha limitações, o PRONAF representa um considerável avanço por ter sido a primeira política pública de apoio à agricultura familiar.

De acordo com informações disponíveis no site da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – Casa Civil, também existe o PRONAF Mais Alimentos, programa destinado a financiar investimentos em infraestrutura da propriedade familiar. Este programa é dividido em duas linhas de crédito, individual e coletivo, sendo esta segunda linha formalizada com um grupo de produtores para finalidades coletivas, criando assim as condições necessárias para o aumento da produção e da produtividade.

Além disso, outra forma de financiamento de acordo com o site da Caixa Econômica Federal é o Crédito Custeio, que tem como fim cobrir despesas da produção agrícola, tais como aquisição de insumos, sementes, fertilizantes e defensivos, podendo também ser utilizado na pecuária para cobrir as despesas com animais.

Os referenciais aqui expostos neste capítulo constituem-se nos fundamentos teóricos para a pesquisa nas propriedades rurais no município de Pinhal da Serra. Para tanto, na sequência aborda-se os procedimentos metodológicos que foram adotados na pesquisa realizada nas propriedades rurais no município de Pinhal da Serra.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Entende-se por metodologia a determinação das formas que serão utilizadas para reunir os dados necessários para a consecução do trabalho. Nesta fase é importante explicitar e justificar o tipo de pesquisa a ser desenvolvido. (MORESI, 2003). Quanto aos objetivos esta



pesquisa é classificada como descritiva, por ter como objetivo principal descrever características de determinada população (GIL, 1999). Neste estudo foi feito a análise de perfil de produtores rurais no município de Pinhal da Serra no estado do Rio Grande do Sul.

No que se refere a abordagem, esta pesquisa é quantitativa, pois evidencia a análise dos respondentes de forma a quantificar as características e perfis dos produtores rurais. Quanto aos procedimentos de pesquisa científica, foi realizado um levantamento, que segundo Gil (1999) se caracteriza pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se busca conhecer. Inicia-se com a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca de um problema para que em seguida, possa ser realizada a análise quantitativa a fim de obter as conclusões dos dados coletados.

Portanto trata-se de uma pesquisa de levantamento, pois se dará por um questionário contendo 28 questões fechadas, aplicado aos produtores rurais do Município de Pinhal da Serra, Rio Grande do Sul, que totalizam 60 agricultores. A amostra final do estudo é composta de 49 propriedades rurais, escolhidas de forma aleatória.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados e analisados os resultados obtidos com a aplicação dos questionários junto com os agricultores do Município de Pinhal da Serra Rio Grande do Sul. Inicialmente serão apresentados os resultados relativos ao perfil dos respondentes da pesquisa. No que se refere a idade dos entrevistados, tem-se que 61,22% dos produtores rurais têm entre 45 e 60 anos, 18,37% entre 35 e 45 anos, e os 10 restantes dividem-se em idades menores que 35, demonstrando que dentre os produtores entrevistados, a maioria tem entre 45 e 60 anos. Quanto ao gênero, dos 49 produtores entrevistados 100% são do sexo masculino, demonstrando que mesmo com os avanços femininos na sociedade, entre os entrevistados ainda prevalece um modelo familiar patriarcal.

Em relação ao grau de instrução, tem-se que 46,94% dos produtores entrevistados possui apenas o ensino fundamental incompleto, 20,41% concluíram o ensino fundamental. Deste modo foi possível analisar que a maioria dos agricultores entrevistados no município de Pinhal da Serra, não conseguiu cursar o ensino médio, muito menos ingressar no ensino superior, por se tratar a maioria de pessoas acima de 45 anos e por estarem a vida toda no município ou distrito na época, podemos justificar esses números pela falta de investimento do governo com a construção de escolas e também com a dificuldade de manter a propriedade os jovens costumavam trabalhar para ajudar no sustento da casa ao contrário de estudar. Neste estudo, teve-se que apenas 2,04% declararam ter ensino superior.

Quanto à pergunta se residem ou não na propriedade, obteve-se que 95% dos entrevistados residem na propriedade e 5% não residem na propriedade rural, na qual desenvolvem suas atividades agrícolas e um pequeno número de produtores residem no meio urbano. Quanto ao sustento familiar em 42 das propriedades, ou seja, 85% provem unicamente da atividade rural, contra apenas 7, ou seja, 15% que tem outras fontes de renda. Portanto, fica evidente a importância do crescimento do agronegócio para estas famílias, que necessitam desse rendimento para sua subsistência.

Na análise do grupo familiar, dos entrevistados, 24 produtores, ou seja, 49% são formados pelo casal e filhos, enquanto que 15 respondentes, ou seja, 30% dizem ser somente o casal, estes em sua maioria têm filhos casados que já dirigem suas próprias propriedades. Apenas 10 respondentes, ou seja, 20% têm outros tipos de formação familiar, sendo que alguns moram com mãe ou pai e outros sozinhos.

No questionamento do interesse de permanência no meio rural, obteve-se o resultado de 93% como sim e 7% como não, o que demonstra a prosperidade futura do setor, dando continuidade aos negócios existentes atualmente e demonstrando a tradição como forte



característica nestas propriedades rurais. Quanto a naturalidade os entrevistados, 29 produtores, ou seja, 59% é natural do município e 41% é natural de outra cidade e nenhum produtor respondeu ter nascido em outro estado.

Entretanto é necessário observar o art. 50 da Lei nº 6.216 de 30 de junho de 1975 onde é determinado que o registro de naturalidade fosse feito de acordo com o local do nascimento. O município onde se efetuou a pesquisa não tem hospital, sendo assim os partos são realizados em cidades vizinhas e a naturalidade das crianças é registrada nas mesmas. Na análise o tempo em que atuam no agronegócio, 88% dos entrevistados está por toda a vida neste ramo, enquanto que 10% estão entre 10 e 25 anos e somente 2% está há menos de dez anos no agronegócio.

Quanto às culturas, dos entrevistados obteve-se que ocorre o plantio de soja, milho e feijão, num percentual de 88%, 90% e 16%, respectivamente. Nota-se que a produção de milho e de soja se destacam das demais, o milho por ter uma grande produtividade e a soja pelo seu valor agregado, o trigo é uma cultura pouco cultivada pelos produtores por não ter muito incentivo de mercado interno que muitas vezes prefere importar o produto do que apostar no produto nacional. O feijão é plantado em menor quantidade e somente para consumo próprio dos produtores entrevistados.

O sistema de rotação de culturas é utilizado por 44 dos produtores, representando 90% e 5 produtores que não utilizam esta técnica agrícola, que busca auxiliar na preservação do solo e impulsionar a produtividade de ambas às culturas. Em sua maioria, ou seja, 71% não possuem funcionários e 29% possuem, caracterizando assim a agricultura familiar predominante na localidade. No que se refere às políticas públicas de incentivo aos pequenos produtores, a maioria dos entrevistados ainda não tem acesso, ou seja, 66%, enquanto que 34% tem todo o maquinário necessário para sua autonomia.

Quanto ao quesito veículo próprio, tem-se que 100% possuem seu próprio veículo. Já quanto a posse de caminhão, 57% possuem e 43% não possuem caminhão próprio para escoamento da produção, o que leva a dependência de veículos de terceiros para o transporte. Dos entrevistados, 41% utilizam ou já utilizaram uma linha de financiamento para aquisição de máquinas ou veículos, enquanto que 16% não utilizaram ainda.

Em relação ao tamanho das propriedades dos entrevistados, identificou-se que 42% possuem até 50 hectares, 32% possuem entre 50 a 100 hectares, enquanto que 26% detêm mais de 100 hectares. Dos entrevistados, 75% arrendam propriedades de terceiros para plantar a sua safra, isto também demonstra falta de autonomia de grande parte dos produtores, enquanto 25% não arrendam. Porém essa prática de negociação é predominante no meio rural e benéfica para ambas as partes envolvidas.

Quando entrevistados em relação aos hectares plantados, tem-se que 36% possuem mais de 100 hectares plantados, 44% até 50 hectares e 16% entre 50 a 100 hectares. Fica evidenciado que uma grande parcela de produtores planta mais de 50 hectares, tornando o conhecimento dos custos e uma correta gestão ainda mais importantes, pois mesmo a gestão sendo importante para todos os portes de propriedade, quanto se trata de propriedades de grande porte se torna indispensável.

Dos agricultores entrevistados, 55% trabalham com pecuária, enquanto que 45% não trabalham, sendo que em sua maioria são produtores de gado. Diversificar as atividades da propriedade é muito importante para aumentar as receitas, porém para que isso aconteça é necessário que exista um controle de custos da atividade para que não se confundam com os custos da agricultura.

No que se refere ao número de cabeças de gado para os pecuaristas, teve-se que dos 27 produtores que responderam trabalhar com pecuária, 14 tem até 50 animais e 13 tem de 50 a 100 animais. Assim, os produtores que tem até 50 cabeças de gado, são 51,85%, de 50 a 100 animais são 48,15%.

A utilização de linhas de financiamento para aquisição de maquinários é apresentada



por 98% dos entrevistados, enquanto 2% não utilizam. Em relação as linhas de crédito utilizadas, ficou demonstrado que a linha de crédito utilizada pela maior quantidade de produtores é Pronaf com 28%, logo em seguida, tem-se o Custeio e o Mais alimentos, ambos com 26% e 20% dos produtores utilizam também outras linhas de crédito não especificadas.

No que tange ao controle de custos por atividade, identificou-se que apenas 13 dos entrevistados, ou seja, 27% têm controles de custos por atividade, e 35, ou seja, 71% admitiu não controlar os custos de suas propriedades separadamente por atividade realizada, não tendo desta forma condições de identificar o rendimento efetivo que cada atividade proporciona. Quanto ao controle de caixa, 55% tem e 45 não possuem controle de caixa como ferramenta de gestão.

Quanto à identificação do interesse dos produtores na implantação de controles de gestão as suas propriedades, obteve-se que todos os respondentes demonstraram este interesse. Por fim, não é suficiente para o produtor rural gerir a sua propriedade corretamente, sem acompanhar o mercado, pois não adianta produzir com custos baixos e vender no momento errado. Assim, 96% acompanham o mercado enquanto que 4% admitem não acompanhar o mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou identificar as características da estrutura e da gestão das propriedades rurais localizadas no município de Pinhal da Serra – Rio Grande do Sul. Assim teve como problema de pesquisa, identificar se a sustentação da propriedade rural e subsistência familiar podem ser supridas pelo perfil atual dos gestores rurais. Com a aplicação do questionário aos proprietários das propriedades rurais, pode-se constatar que sim, no presente momento as propriedades estão gerando lucro para seus proprietários e sustentando suas famílias, porém não é possível estimar por quanto tempo isto continuará acontecendo, pelo fato que não há estrutura de gestão para isso.

Na análise do perfil da estrutura das propriedades rurais, constatou-se que a maioria delas 75,51%, é de pequeno porte, a mão-de-obra familiar é utilizada em 71,43% das propriedades e além dessa, utiliza-se mão-de-obra contratada em 28,57%. A maioria das propriedades é de pequeno e médio porte e caracterizam-se, por praticar agricultura familiar e/ou de subsistência. No que se refere a atividade principal das unidades produtoras, observou-se que 55% desenvolve atividade mista. Esta falta de especialização verificada se constitui em um dos principais entraves ao crescimento dos sistemas produtivos em estudo, entretanto para pequenos produtores a diversificação é benéfica uma vez que confere mais segurança aos mesmos do ponto de vista do escoamento e comercialização dos produtos.

Quanto a análise do tipo de produto plantado, teve-se que 38% dos produtores plantam milho, 37% dos produtores plantam soja, 18% dos produtores plantam trigo, e 7% dos produtores responderam plantar feijão, sendo esta última cultura apenas para consumo próprio ou comércio informal entre os produtores. Dos produtores entrevistados, 89,80% utilizam a técnica de rotação de culturas no plantio. A agricultura requer implementação e adequação de tecnologias que venham a colaborar com a elevação de índices observados.

Diante do objetivo geral traçou-se objetivos específicos, sendo o primeiro promover referencial de literatura sobre o tema proposto, tendo este sido atingido plenamente. O segundo objetivo específico trata da identificação das dificuldades dos produtores em gerir suas propriedades, que foram evidenciadas como o clima, mercado, dentre outras. Estas propriedades não estão preparadas para eventos indesejáveis, sendo que uma safra ruim compromete o sustento familiar, uma vez que o mesmo provém unicamente da atividade rural na maioria das propriedades e não existem reservas para um momento de necessidade. O ganho excedente é investido em maquinário ou em insumos para realizar a próxima safra, quando



ainda não necessitam de financiamentos para isto.

Em seguida tem-se o terceiro objetivo específico que tratou da análise da forma de gestão das propriedades rurais que evidencia a prática de controle de caixa como meramente satisfatória, pois é utilizada por 52% dos produtores. Quanto ao interesse em implantar controles de gestão em suas propriedades, todos os produtores respondentes disseram ter interesse, fato este conflitante com a realidade das propriedades.

A maioria dos produtores não faz qualquer separação das despesas particulares das despesas dos negócios rurais. O mesmo ocorre com relação à separação dos gastos e das despesas de cada atividade. Esta constatação demonstra o grau de conhecimento dos produtores rurais com relação a conhecimentos básicos na área contábil-administrativa. A grande totalidade dos produtores mantém um perfil típico da agricultura familiar com ênfase na subsistência, pouco avanço tecnológico e pouca especialização e dependência de financiamentos. Sendo, portanto, menos competitivos e mais susceptíveis às adversidades, sejam de natureza física, climatológica, gerencial ou mercadológica.

Como pesquisas futuras sugere-se que este mesmo questionário seja aplicado em outras regiões e em outros municípios, com o propósito de realizar uma comparação dos resultados e identificar quais as semelhanças e diferenças entre os diferentes grupos.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, P. L. et al. **Valor nutricional de feijão (*Phaseolus vulgaris*, L.), cultivares rico 23, carioca, piratã-1 e rosinha-g2.** Revista Brasileira de Agrociência. v. 1. n. 1. p. 12-18. Pelotas, 1995.
- AZEVEDO, Paulo Furquim de. **Comercialização de produtos agroindustriais.** In: BATALHA, Mário O. (coord.) **Gestão Agroindustrial.** 1. Ed. São Paulo: Atlas, 1997. p. 49 – 81.
- BLACK, R. J. **Complexo soja:** fundamentos, situação atual e perspectiva. In: CÂMARA, G. M. S. (Ed.). **Soja:** tecnologia de produção II. Piracicaba: ESALQ, p.1- 18, 2000.
- BLATT, Adriano. **Contabilidade para quem não entende do assunto.** São Paulo: Negócio Editora, 2000.
- BM&FBOVESPA. **Commodities.** Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/commodities/>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- BRASIL. Decreto n. 84.685, de 06 de maio de 1980.
- Regulamento a Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, que trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR e dá outras providências. In. SENADO FEDERAL. **Legislação Republicana Brasileira.** Brasília, 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D84685.htm>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- BRASIL. Lei n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006.
- Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. In. SENADO FEDERAL. **Legislação Republicana Brasileira.** Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11428.htm>. Acesso em: 17 jul.2017.
- BRAZSOFT. **Planejamento rural em 3 passos simples (essenciais).** BrazSoft Tecnologia em Agrobusiness, 2014. Disponível em: <<https://www.brazsoft.com.br/novidade/planejamento-rural-2014-em-3-passos-simples-essenciais>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- BRUM, A. L.; HECK, C. R.; LEMES, C. L.; MÜLLER, P. K. **A economia mundial da soja:** impactos na cadeia produtiva da oleaginosa no Rio Grande do Sul 1970-2000. Anais dos



- Congressos. XLIII Congresso da Sober em Ribeirão Preto. São Paulo, 2005.
- BRUM, Argemiro Luís; HECK, Cláudia Regina; LEMES, Cristiano da Luz. **As políticas brasileiras de fomento à cultura do trigo: uma revisão histórica.** Desenvolvimento em questão. Unijuí, 2004. Disponível em: <<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/viewFile/91/48>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate.** Brasília: IICA, 2006.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Custeio Caixa.** Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/empresa/credito-financiamento/credito-rural/custeio-caixa-cooperativas/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- CALDERELLI, A. **Enciclopédia contábil e comercial brasileira.** v.1. 28. ed. São Paulo: CETEC, 2003.
- CASTRO, P. R. C; KLUGE, R. A. **Ecofisiologia de cultivos anuais: Trigo, milho, soja, arroz e mandioca.** São Paulo: Nobel, 1999. 125p.
- CAPPELLARI, Iurgues. **Genótipos de trigo (*triticum aestivum L.*) submetidos a aplicação de trinexapac-ethyl em diferentes densidades de semeadura.** 2011. 39 f. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do sul - DEAG – Departamento de estudos agrários - Curso de agronomia. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/700/iurguestcc.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial.** 5.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009. xxviii, 376 p. ISBN 9788522454051.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial.** 7. ed., atual. São Paulo: Atlas, 2012. xxx, 400 p. ISBN 9788522471140.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial/ Silvio Aparecido CrepalDI.** - 7. ed. revista, atualizada - São Paulo: Atlas, 2012.
- CONAB. **Observatório agrícola.** Acompanhamento da safra brasileira: grãos. V.4 – Safra 2016/17 – N. 8 – Oitavo levantamento, maio 2017. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_05_12_10_37_57_boletim_graos_mai_2017.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2017.
- COSTA, Antonio José de Oliveira. **O poder da agricultura empresarial.** São Paulo: Saraiva, 2007. 264 p. ISBN 9788502064454.
- COSTA NETO, P. R.; ROSSI, L. F. S. **Produção de biocombustível alternativo ao óleo diesel através da transesterificação de óleo de soja usado em fritura.** Química Nova, v.23, p. 4, 2000.
- EMBRAPA. **A aveia no Brasil.** Documentos Online. Passo Fundo, RS, 2012. Disponível em: <http://www.cnpt.embrapa.br/biblio/do/p_do136_3.htm>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- EMBRAPA. **Soja em números.** Disponível em: <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>>. Acesso em: 09 maio 2017.
- EMBRAPA. **Tecnologias de produção de soja Região Central do Brasil 2004.** Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/Sistemas-de-Producao-4.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2017.
- FANCELLI, A. L.; DOURADO NETO, D. **Produção de milho.** Guaíba, Ed. Agropecuária, 2000. 360p.
- FARINHA ARGENTINA. **A história do trigo.** Disponível em: <<http://farinhaargentina.com.br/a-historia-do-trigo>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- FRANCHINI, J. C.; COSTA, J. M.; DEBIASI, H. **Rotação de culturas: prática que confere maior sustentabilidade à produção agrícola no Paraná.** Informações agrônomicas, São Paulo, n.



134, p.7-31, 2011.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Qual "fortalecimento" da agricultura familiar?** Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. Revista de Economia e Sociologia Rural. v. 51. n.1. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032013000100003&script=sci_arttext>.

Acesso em: 17 jul. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas 1999.

GONZALEZ, Bernardo C. de R. **Novas formas de financiamento da produção, base do agronegócio**. In: MONTOYA, Marco A. PARRÉ, José L. **O agronegócio brasileiro no final do século XX: estrutura produtiva, arquitetura organizacional e tendências**. Vol 1. Ed. UPF, Passo Fundo-RS: 2000.

GRAZIANO, J. R. **Manual técnico das culturas – CATI**. 2. ed. Graça D’Auria: 1997, p. 457 - 516.

GUIMARÃES, Joaquim Fernando da Cunha. **História e teoria da contabilidade: breve reflexão**. Jornal do Técnico de Contas e da Empresa, n. 407 ao 410, 1998. Disponível em: <<http://www.infocontab.com.pt/download/HistoriaContaBreve.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

GUTH, Sérgio Cavagnoli; PINTO, Marcos Moreira. **Desmistificando a produção de textos científicos com os fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Scortecci, 2007. 150 p. ISBN 9788536608044.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 225 p. ISBN 9788522448784.

LIMA, Bento Alvenir Dornelles de. **Use of silicate clay as a source of silicon in the production of cereal seed**. 2010. 41 f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. xvii, 291 p. ISBN 9788522468683.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 502p.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAUSS, César Volnei; BLEIL, Claudécir; BONATTO, Aline; OLIVEIRA, Camila Silva de.; SANTOS, Getúlio Zanatta dos. **A evolução da contabilidade e seus objetivos**. ULBRA, 2012. Disponível em:

<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/1401_Artigo%20Seget.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

MONTEIRO, Martin Noel. **Pequena história da contabilidade**. Lisboa: APOTEC, 1979.

MORESI, Eduardo (Org.). **Metodologia da pesquisa**. Brasília, 2003, Universidade Católica De Brasília – UCB, Pró-Reitoria De Pós-Graduação – PRPG Programa De Pós-Graduação Stricto Sensu Em Gestão Do Conhecimento E Tecnologia Da Informação. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

NEPOMUCENO, F. **Contabilidade rural e seus custos de produção**. São Paulo: IOB – Thomson. 2004.

ORNELLAS, L. H. **A alimentação através dos tempos**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000. 307p.

PALHARES, M. **Distribuição e população de plantas e produtividade de grãos de milho**. 2003. 90 p. Dissertação (Mestrado em Agronomia/Fitotecnia)-Escola Superior de Agricultura



- Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.
- PEIXOTO, Cláudio de Miranda. O milho no Brasil, sua importância e evolução. **Pioneer Sementes**. 05 de Fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://www.pioneersementes.com.br/media-center/artigos/165/o-milho-no-brasil-sua-importancia-e-evolucao>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- RAUBER, Jaime José; SOARES, Marcio. **Apresentação de trabalhos científicos: normas e orientações práticas**. 3.ed. rev. a atual. Passo Fundo, RS: UPF, 2003. 99 p.
- RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais**. In: BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004, p. 76-97.
- RODRIGUES, Aldenir Ortiz; BUSCH, Cleber Marcel; GARCIA, Edino Ribeiro; TODA, William Haruo. **Contabilidade rural**. 2. ed. São Paulo: IOB, 2012.
- SANTOS, Ednaldo Viana. **Contabilidade pública: uma análise nos pareceres emitidos pelo TCM - BA acerca das prestações de contas apresentadas pelos municípios filiados à AMVAGRA (Associação dos Municípios dos Vales do Rio do Antônio e Rio Gavião) no ano de 2012**. 2015. 116 f. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) - Curso de ciências contábeis. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/cursos/contabeis/wp-content/uploads/81-Ednaldo-Viana-Santos.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- SALOMÃO, Raphael. Conab estima safra de grãos 2016/2017 em 232 milhões de toneladas. **Globo Rural**. 11 de maio de 2017. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2017/05/conab-estima-safra-de-graos-20162017-em-232-milhoes-de-toneladas.html>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- SALOMÃO, Raphael; FERREIRA, Venilson. Conab muda números em maio, mas repete análise de abril no trigo. **Globo Rural**, 11 de Maio de 2017. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Trigo/noticia/2017/05/conab-muda-numeros-em-maio-mas-repete-analise-de-abril-no-trigo.html>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – CASA CIVIL. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-mais/sobre-o-programa>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- SGARBIERI, V. C. **Proteínas em alimentos protéicos: propriedades, degradações, modificações**. São Paulo: Varela, 1996. p.184-229.
- SILVA, A. C. da; LIMA, E. P. C. de; BATISTA, H. R. **A importância da soja para o agronegócio brasileiro: uma análise sob o enfoque da produção, emprego e exportação**. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sesoes_tematicas/Economia%20rural%20e%20agricultura%20familiar/A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DA%20SOJA%20PARA%20O%20AGRONEG%C3%93CIO%20BRASILEIRO.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. **História do pensamento contábil: com ênfase na história da contabilidade brasileira**. Curitiba, PR: Juruá, 2009.
- SOARES, F. C. **Análise de viabilidade da irrigação de precisão na cultura do milho (Zea mays L.)**. 114 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2010.
- SOUZA, P. M. de; BRAGA, M. J. **Aspectos econômicos da produção e comercialização do milho no Brasil**. In: GALVÃO, J. C. C.; MIRANDA, G. V. (Eds) **Tecnologia de produção do milho**. 20. ed. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, v.1, p.13-53, 2004.
- VALLE, F. **Manual de contabilidade agrária**. São Paulo: ATLAS, 1987.
- VENTOLA, A.; BARROS, B.F. de; OLVEIRA, E.R.; ALMEIDA, J.A.de; ARAUJO, J.M.S.;



FERREIRA, J.R.; PAIVA, L.R.A.; CASTRO, M.C.. e; CASTRO, R. de C.; VALE, S.M.L.R.do. **Administração e ambiente**: conhecimento do processo administrativo. Brasília, DF: SENAR, 1998.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ZUIN, Luís Fernando Soares; QUEIROZ, Timóteo Ramos (Coord.). **Agronegócios**: gestão e inovação. São Paulo: Saraiva, 2006.

ZH CAMPO E LAVOURA. **Ano novo de boas expectativas no agronegócio no Rio Grande do Sul**. 2016. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/campo-e-lavoura/noticia/2016/12/ano-novo-de-boas-expectativas-no-agronegocio-no-rio-grande-do-sul-8997333.html>>. Acesso em: 17 jul. 2017.